

**As experiências pedagógicas do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
no período de 1970 a 1985**

*The educational experience of the Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
in the period 1970 to 1985*

Roselene Moreira Gomes Pommer
CTISM/UFSM
roselenepommer@ctism.ufsm.br

Bruna Lima
Graduanda, História/UFSM
bruna.lima90@hotmail.com

Resumo: O projeto econômico brasileiro, entre os anos de 1970 e 1985, período que envolveu o ápice e a crise dos governos militares, se caracterizou pela construção e pelas consequências daquilo que a historiografia identifica como Milagre Econômico e implicou na necessidade de ampliação da oferta de formação técnica para a área industrial. Com base na análise da documentação escolar, de notícias de jornais e depoimentos orais, as experiências pedagógicas do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria daquele período foram analisadas a fim de se identificar a sua contribuição para a consolidação do CTISM/UFSM como um espaço de formação de mão de obra técnica de nível médio para o mercado industrial.

Palavras chave: Ditadura Civil-Militar; Educação Profissional; Trabalho

Abstract: The economical Brazilian project, between the years 1970 and 1985, period in which occurred the military government apex and crisis, it was characterized by the construction and the consequences from the thing that historiography identifies as Economic Miracle and implied into the need of expanding the supply of technical training for industrial area. Based on the analysis of school documents, newspapers, and oral testimonials, the pedagogical experiences of Colégio Técnico Industrial de Santa Maria from that period were analyzed in order to identify its contribution for CTISM/UFSM consolidation as a space for training of technical manpower of high school to the industrial market.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Professional Education; Work

Introdução

O aparato educacional, como parte integrante da estrutura ideológica das sociedades, reflete as escolhas que as mesmas fazem, ou são estimuladas a fazer, sobre sua forma de organização. A escola, como um dos elementos desse aparelho, materializa os conflitos, as problemáticas e os interesses vivenciados pelo corpo social.

Sob essa ótica, a História das Instituições Escolares se apresenta como um recorte

importante para análise dos processos histórico-sociais. Um deles se configurou a partir das transformações políticas ocorridas no Brasil, após março de 1964. Trata-se da fase de reorganização das estruturas político-administrativas do Estado, momento em que os chamados tecno-empresários impuseram os seus interesses às políticas públicas sob coordenação da ditadura civil-militar (DREIFUSS, 1981, p. 73 e ss).

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), unidade vinculada a Universidade Federal homônima, desde a sua implantação apresentou-se como um espaço de profissionalização técnica de nível médio. Mesmo mantendo essa forma de apresentação nos seus 44 anos de atuação, a cultura pedagógica do CTISM produziu identificações diferentes, relativas a quatro fases: a primeira, a “fase de implantação”, período que vai de 1963 até 1969; a segunda, a “fase de afirmação”, de 1970 até 1984; a terceira, “fase de revisão”, de 1985 até 2005; e a quarta, a “fase de renovação”, que envolve os últimos anos¹.

A partir da análise dos contextos históricos próprios de cada fase, podemos localizar as condicionantes para a produção de identificações multifacetadas elaboradas pela cultura pedagógica do CTISM. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo será o de apresentar elementos para a compreensão da função pedagógica assumida pelo CTISM entre os anos de 1970 a 1985, período histórico que a historiografia tradicionalmente identifica como Milagre Econômico e suas consequências imediatas. Para revisitarmos as experiências daquele período, valer-nos-emos de relatos mnemônicos, documentos oficiais da Instituição, correspondências e notícias veiculadas em jornais.

O Governo Militar Pós-1964: educação, ideologia e poder

O cenário político, econômico e social brasileiro registrou, a partir de março de 1964, significativas alterações decorrentes do golpe de estado civil-militar. Tal fato pode ser compreendido, inicialmente, no contexto histórico da forte polarização ideológica característica da Guerra Fria, quando se configurou no Brasil uma disputa política entre dois projetos de sociedade para o país: o nacional-reformista e o liberal-conservador. Prevaleceu como hegemônico o projeto liberal-conservador o qual levou ao poder militares e tecnocratas, apoiados, principalmente, pelas burguesias estrangeira e nacional; por latifundiários e partes

¹ Este texto é parte de um estudo mais amplo da História das Identificações Pedagógicas do CTISM, ora em elaboração, por isso a referência a outros períodos de sua existência.

da classe média.

Os interesses desses grupos estiveram presentes nos planos econômicos motivadores de ações governamentais que levaram o país ao crescimento econômico conhecido, a partir de 1968, por Milagre Econômico Brasileiro. Caracterizado por um desenvolvimento “artificial”, isto é, sem sustentação interna, esse projeto esteve baseado em um modelo de sociedade burguesa que desconsiderava as reais possibilidades de desenvolvimento humano dos brasileiros. Como uma das suas principais consequências pode-se destacar o aumento das desigualdades sociais, pois a produção interna não visava o atendimento das necessidades básicas da população em geral, mas sim a produção de bens duráveis, interessantes ao mercado externo e também a uma pequena parcela da população interna com maior poder aquisitivo.

A queda da inflação e os índices de crescimento do PIB – acima de 10% ao ano – foram suficientes para que os propagandistas do regime apontassem a existência de um ‘milagre econômico brasileiro’ semelhante ao que teria ocorrido na Alemanha e no Japão no pós-guerra. O capital externo afluía de uma maneira nunca vista na história do país e a indústria batia recordes de prosperidade. As taxas de crescimento econômico eram mantidas também pela expansão da linha de crédito ao consumidor – privilegiando a classe média, ávida por bens de consumo duráveis – e pelo estímulo a poupança interna, corrigida pela correção monetária das taxas de juros (DOLHNIKOFF; CAMPOS, 2001, p. 335).

Os três elementos estratégicos para esse desenvolvimento: concentração e reprodução do capital, internacionalização da economia e contenção salarial indicavam o espaço de atuação ocupado por cada grupo na superestrutura social. Assim, a partir de 1964, a Educação e o Ensino Técnico, como elementos dessa superestrutura, se reorganizaram para atender as demandas das transformações criadas no sentido de dinamizar a economia na direção da acumulação do capital.

A relação entre ordem econômica e políticas educacionais está no fato de que o desenvolvimento das forças de produção interfere diretamente na acumulação do capital no momento em que aumenta a extração da mais-valia. A qualificação da mão-de-obra técnica aumenta essa extração, sem que seja necessária a elevação da jornada de trabalho, a intensificação do uso da máquina ou a contratação de mais operários.

Porém, a importância do Ensino Técnico não residiu apenas na qualificação do trabalho para a acumulação do capital. A partir de 1964, foi grande o empenho para se

estabelecer o controle ideológico das massas trabalhadoras, visando à estabilidade política que favorecesse a atração do capital estrangeiro. A educação, nesse sentido, pode ser considerada como um importante meio de inculcação e legitimação da Doutrina de Segurança Nacional, pois

a posição do técnico dentro da empresa é de grande importância para a produção. Ele é o intermediário entre os engenheiros, administradores em geral e os trabalhadores diretamente ligados à produção. Seu papel técnico é indissociável do seu papel político, determinado pela sua própria posição dentro da estrutura da empresa e pela sua função de porta-voz e intermediário do escalão superior, que, por sua vez, é porta-voz dos interesses daqueles que controlam o poder político e econômico (MACHADO, 1982, p. 67).

Destarte compreende-se porque a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, o ensino secundário foi estruturado com base no paradigma científico-tecnológico em detrimento da formação humanística. A profissionalização tornou-se compulsória, explicada pelo contexto da euforia do Milagre Econômico, quando o governo procurou sintonizar o sistema de ensino com os princípios da grande empresa capitalista, objetivando alcançar maior eficiência e produtividade. A ideia era a de que, com o crescimento econômico, aumentaria o consumo, o que exigiria maior produção e, conseqüentemente, maior número de trabalhadores qualificados.

Para Müller, no entanto, esta nova lei não esteve relacionada ao aumento da quantidade de mão-de-obra empregada, “(...) mas a busca por adestramento e treinamento para formar trabalhadores necessários ao processo de ampliação do parque industrial” (MÜLLER, 2010, p. 203). Além disso, o ensino profissionalizante era apresentado como uma modalidade compensatória para os grupos sociais sem oportunidades de ascensão ao ensino superior. Criava-se em torno da variante técnica dessa modalidade, a concepção messiânica de que a educação profissional era imprescindível para o desenvolvimento do país.

Já a partir de 1974, em função do aumento dos preços do petróleo, surgiram os primeiros sintomas do que se pode chamar de esgotamento das possibilidades de crescimento acelerado da economia (BRUM, 1986, p. 136). Em consequência, o governo elaborou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, com vistas a superar a crise e alavancar o crescimento econômico do país.

Porém, relacionada à retração dos investimentos, no Brasil a crise foi consequência

tanto da redução da poupança interna, pois, a elevação dos juros da dívida externa levava a transferência, cada vez maior, de recursos para o exterior, quanto do desequilíbrio das finanças públicas, tornando o Estado cada vez mais endividado. Assim, a crise decorreu, sobretudo, do esgotamento do modelo de desenvolvimento do país que havia resultado no chamado Milagre Econômico, modelo esse em verdade, frágil e superficial, pois estava baseado na capacidade de o Estado atrair financiamentos externos, o que promovia o aumento da dívida pública, mas não garantia a suficiente produtividade capaz de gerar receitas a fim de quitar a referida dívida. “As consequências desse quadro persistente foram a explosão do processo inflacionário – que conduziu o país à beira da hiperinflação – e o total descontrole do ‘déficit’ público” (CONCEIÇÃO, 1990, p. 24-25).

Para combater a inflação crescente, o governo aumentou os juros, diminuiu os créditos e manteve a política de arrocho salarial, provocando recessão e queda nas atividades econômicas e na geração de empregos. Os custos com as importações superavam cada vez mais os ganhos com as exportações. Em 1979, o cenário econômico de recessão mundial agravou-se com novo salto dos juros no sistema financeiro norte-americano.

A situação econômica e política mundial tornou-se dramaticamente adversa para o Brasil com o Segundo Choque Petrolífero (devido à Revolução no Irã e à guerra com o Iraque) (...) em 1981 Reagan promoveu uma violenta elevação da taxa de juros, tendo como um dos objetivos aumentar a dívida externa dos países do sul. Assim a crise da dívida constituía um instrumento de pressão contra a política econômica dos mesmos e um golpe mortal no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil (VIZENTINI, 2000, p. 32-33).

Como o Brasil tomava empréstimos nos bancos estrangeiros, explica-se a elevação da dívida externa. Some-se a isso a ocorrência de nova crise do petróleo, desta vez, provocada pela Revolução Iraniana em 1979. Com isso, o preço do barril de petróleo atingiu níveis recordes agravando a recessão econômica do final da década de 1970 e do início dos anos 1980, diminuindo os investimentos estrangeiros na América Latina, e colocando em risco os alicerces do tripé Capital Privado Nacional, Capital Estrangeiro e Capital Estatal que até então havia embasado o chamado Milagre Econômico Brasileiro (CONCEIÇÃO, 1990, p.17).

A crescente dificuldade de o governo subsidiar a produção provocou queda nas exportações diminuindo as receitas o que desequilibrou o balanço de pagamentos. O mesmo fator também diminuiu o ingresso de capital estrangeiro para investimentos. Estes fatos

somados ao aumento da dívida externa provocaram uma severa recessão no início dos anos de 1980. O sistema financeiro internacional, conseqüentemente, passou a exigir do país um programa rígido de controle das finanças públicas como condição para a liberação de novos empréstimos. A saída encontrada pelo governo foi adotar medidas paliativas que buscavam ganhar tempo, mas que não alteravam o projeto de desenvolvimento, que, obsoleto, mergulhava em um processo de desagregação (VIZENTINI, 2000, p. 34).

A partir de então, as transformações políticas foram inevitáveis. Sob forte pressão da oposição, o governo militar se viu obrigado a acelerar o processo de abertura política. Em agosto de 1979 foi assinada a Lei de Anistia, que permitia o retorno ao país dos exilados e, em novembro do mesmo ano, efetivada a Reforma Partidária, extinguindo o bipartidarismo, polarizado no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), abrindo caminho para a criação de novos partidos políticos. Ao final de 1980 foi aprovada a Emenda Constitucional que autorizava eleições diretas para os governadores de Estados.

Santa Maria e região sofreram os reflexos dessa nova ordenação política e econômica, o que, obviamente, envolveu os setores educacionais. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada em 1960 e o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), criado em 1967, vinculado a Universidade, experimentavam a sua consolidação pedagógica, quando os primeiros profissionais formados na Instituição iniciavam suas atuações no mercado de trabalho. Nesse contexto, o Ensino Técnico oferecido pela Universidade se afirmava como a modalidade de ensino destinada aos “filhos dos outros”. Mesmo não voltado para a formação do trabalho manual, sua função foi se definindo a partir do compromisso de formar aqueles que iriam “... assumir o lado manual do trabalho intelectual e [ou] o lado intelectual do trabalho manual” (MACHADO, 1982, p. 75).

O CTISM em meio à nova estruturação do país

O CTISM havia iniciado suas atividades em abril de 1967 e apesar das carências e dificuldades estruturais e humanas presentes no seu processo de instalação (POMMER; LIMA, 2010, p. 12/13), em 17 de dezembro de 1969 formavam-se as primeiras turmas de técnicos em Eletrotécnica e Mecânica. Vinte dos trinta alunos concluíram os cursos iniciados em 1967. A explicação para a redução em relação ao número de ingressos está tanto na

evasão, como nos índices de repetência. Segundo depoimento do secretário da escola na época, “(...) do primeiro para o segundo [ano] era feita a seleção, a peneira [pela] professora de Matemática [que] exigia mais e que mais selecionava”². A diminuição de alunos do 1º para o 2º ano promoveu a reunião dos dois cursos técnicos nas disciplinas de cultura geral, ministradas no turno da manhã, o que resolveu, em parte, os problemas da falta de estrutura (salas de aulas e laboratórios) e de professores.

Sendo o estágio curricular obrigatório para os cursos técnicos de nível médio, a partir da conclusão das primeiras turmas, efetivamente teve início a relação do CTISM com o mercado de trabalho que iria absorver os profissionais formados. Essa relação se estruturou, de início, com a intermediação da Instituição no processo de contratação dos estagiários por parte das empresas e contribuiu para a formação de uma concepção empresarial a respeito da escola: de escola-empresa (Correio do Povo, 21/11/1969, p. 17) que então oferecia ao mercado o seu produto, o técnico.

propostas estão sendo estudadas para o aproveitamento de todos os alunos que compõem a primeira turma, (...). Isso prova substancialmente, a excelência do curso e a facilidade de condições de trabalho, devido a necessidade de mão-de-obra especializada, cujas perspectivas futuras, são bastante alentadoras, como ficou provado, com a efetivação dos contratos já firmados (Correio do Povo, 21/11/1969, p. 17).

Dos alunos concluintes em 1969, conforme registros nas fichas de acompanhamento de estágio arquivadas no Colégio, apenas 02 (01 técnico em Mecânica e 01 técnico em Eletrotécnica) iniciaram essa atividade em empresas de Santa Maria. Os demais a desenvolveram em outras regiões do Rio Grande do Sul e mesmo fora do Estado. O Professor Vizzotto recorda que

Santa Maria nunca absorveu os nossos alunos, muito poucos foram absorvidos por Santa Maria, o que mais absorvia Santa Maria era na área da Eletro, que era a CEEE ou ELETROSUL (...) De Mecânica, poucos alunos eram absorvidos pela Viação Férrea, não tinha campo, eles nem tinham lá dentro um cargo de técnico, era o engenheiro e o operário, não tinha intermediário, e, então a Viação Férrea levou alguns. A maioria ia prá fora³.

Em que pesem os esforços dos governos militares para criar expectativas acerca do

² Depoimento oral de Gilton Goulart, concedido em 07/06/2011.

³ Depoimento oral de João Paulo Vizzotto, concedido 31/05/2011.

desenvolvimento industrial do país, há indicativos de que elas não se tenham confirmado plenamente, embora um jornal local da época anunciasse de modo ufanístico e inverossímil o seguinte: “Impressionante não? É um fato palpitante e encorajador, é de encher de entusiasmo todo brasileiro: está se construindo, em média, uma fábrica por dia no nordeste” (A Razão, 11/01/1969, p. 04). Em igual medida elogiava as lideranças locais que pretendiam promover o “natural” desenvolvimento industrial da cidade: “o slogan que apregoa ser Santa Maria a cidade que mais cresce no Estado é confirmado” (A Razão, 08/03/1969, p. 06). Contudo, o desenvolvimento industrial de Santa Maria e entorno era incipiente e sequer foi capaz de absorver a mão de obra técnica formada pelo CTISM. Mesmo que alguns esforços tenham sido encetados para incentivar esse processo, como as campanhas para a criação do Distrito Industrial da cidade, a industrialização não se efetivou:

Santa Maria oferece plenamente condições favoráveis para que seja a nossa cidade uma dessas cidades pólos, ou melhor, que atraem outros municípios e outras regiões. Isso em consequência da demanda de bens, existência de um bom mercado regional, formação de um pessoal técnico altamente especializado através da Universidade Federal de Santa Maria. Esses todos são elementos favoráveis e de inestimável valor para podermos iniciar decididamente uma industrialização (Jornal A Razão, 29/05/1969, p. 06).

Como se observa nas notícias citadas, na verdade não havia um projeto para a industrialização do município. E no caso da eventual atração de empresas estrangeiras, o prefeito limitava-se a enviar uma carta ao consulado do Japão:

O prefeito Luiz Alves Rolim Sobrinho, está interessado em trazer para Santa Maria pequenas indústrias japonesas. Ontem, o chefe do Executivo Municipal enviou ofício ao Consulado do Japão em nosso Estado solicitando detalhes sobre a possibilidade de trazer para nossa cidade diversas indústrias nipônicas (Jornal A Razão, 29/05/1969, p. 06).

Parece que as expectativas dos grupos em condições de influir sobre o imaginário populacional não se confirmaram. Nem o Distrito Industrial⁴, nem a vinda de indústrias estrangeiras se concretizaram na época. Esses elementos indicam a incipiente industrialização da cidade no início da década de 1970 e explicam a necessidade de os formandos do CTISM buscarem em outras regiões empresas para a realização do estágio.

Porém, mesmo que o mercado de trabalho local não absorvesse a formação técnica do Colégio, o mesmo cumpria sua função no contexto político, econômico e social do País de

⁴ O Distrito Industrial de Santa Maria foi criado somente em 1977.

participar ativamente na acumulação privada de capital. Esta participação se dava através da contribuição para a formação de um exército de mão-de-obra reserva o que se compreende a partir de Marx:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado a sua própria custa (MARX, 1984, p. 200).

Ora, esse contingente populacional apto ao trabalho aviltava os salários e barateava os custos da produção, garantindo aos empresários o controle das relações de trabalho, assim como havia sido praticado pelo capitalismo desde o seu início. Essa orientação parece estar presente nas políticas educacionais da época.

Revelou o Ministro Tarso Dutra, da Educação, que o governo Costa e Silva vem dando mais atenção ao ensino médio profissional. Disse que, no momento, 88 escolas técnicas e industriais estão sendo atualizadas em seus parques mecânicos. Os equipamentos foram importados do leste do oeste europeus, bem como dos Estados Unidos. Acrescentou que oito centros de formação e aperfeiçoamento do magistério dessa especialidade foram criados no país. Seu objetivo é de adestrar o pessoal docente para um tipo de ensino considerado dos mais importantes para o desenvolvimento econômico nacional. Os recursos empregados vão além de 5 milhões de cruzeiros novos (Jornal A Razão, 22/03/1969, p. 02).

A importância do ensino técnico de nível médio estava na sua capacidade de influir nas relações entre capital e trabalho. Tanto no sentido da diminuição das pressões classistas sobre o valor do trabalho, como na capacidade de interferência direta na relação patrão-operário, a educação profissional de nível técnico se configurava como uma consequência do projeto de desenvolvimento industrial para o país, fato que o chamado Milagre Econômico propalava. Dessa forma, mesmo que a região de Santa Maria não apresentasse um processo de industrialização capaz de absorver a mão-de-obra formada pelo CTISM, o mesmo cumpria a sua função de instrumento formador/condicionador do processo de acumulação de capital.

Os governos militares direcionaram as políticas educacionais do período para o atendimento desses interesses, os quais eram específicos de grupos empresariais nacionais e

estrangeiros. A edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 5.692/71 é um exemplo da subordinação da educação aos referidos interesses, pois em seu artigo 5º, determinava que o currículo escolar:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periódicamente renovados (BRASIL. LDB 5692/71).

Mesmo que o uso da estrutura educacional como instrumento no processo de acumulação do capital tenha iniciado antes de março de 1964, foi com os governos militares que o ensino profissionalizante de nível médio se tornou compulsório. O retorno positivo do mundo do trabalho às experiências pedagógicas vividas pelos primeiros técnicos formados no CTISM fez parte desse contexto e foi usado para subsidiar a ideia da “excelência dos cursos” (Correio do Povo, 21/11/1969, p. 17) oferecidos pela Instituição. O professor Vizzotto, que iniciou suas atividades na escola em 1970, lembra:

os alunos eram os maiores propagandistas da escola, por que eles faziam o trabalho e depois eles [empresas] vinham buscar aqui, eram disputados os alunos daqui. Isso é que criou a Escola e ela foi conquistando fama de criar boas oportunidades, por isso todos queriam colocar os filhos aqui⁵.

Mas, apesar da importância que o ensino profissionalizante assumia na época, pouco foi feito para solucionar os problemas estruturais que as escolas enfrentavam. No caso do CTISM, as carências se mantinham as mesmas desde a época de sua implantação.

Não havia nada, nada, nada. Nós tínhamos, no laboratório, meia dúzia de máquinas e não tinha material. Prá fazer alguma coisa com os alunos, para eles poderem aprender, nós tínhamos que sair do colégio. Nós íamos até as oficinas mecânicas da cidade e pegávamos ponta de eixo dos carros quebrados, molas e tantas outras coisas (...) o professor de automóvel levava o pessoal para as retíficas para dar aulas. Então, o colégio era pobre, pobre mesmo, nós dependíamos das migalhas dos outros centros (...) ⁶.

A mesma recordação possui o ex-secretário da escola sobre a sua organização

⁵ Depoimento oral de João Paulo Vizzotto, concedido em 31/05/2011.

⁶ Idem.

didático-pedagógica. Regimento escolar, projeto político pedagógico, planos de curso, planos de aula, “nada, nada, não existia. Os professores registravam o conteúdo prá criar [um currículo] nos diários de classes”. Sem um currículo definido conforme as peculiaridades e necessidades de cada curso, os programas acabaram sendo definidos pelas experiências e conhecimentos dos próprios professores: “(...) os currículos eram baseados no conhecimento do professor indicado, o que ele sabia ele transmitia, não havia nem um plano, nem um projeto, não havia nada”. Dessa forma, o Curso de Mecânica apresentava a sua base curricular direcionada para “mecânica automotiva” e o de Eletrotécnica para “instalações elétricas prediais”⁷, cujos conhecimentos eram característicos dos profissionais locais.

Nos primeiros anos de funcionamento, o CTISM esteve vinculado ao Centro de Ciências Rurais. A partir de 1972, pela Portaria nº 5999, ficou vinculado, até 1983, ao Centro de Tecnologia. O seu reconhecimento como instituição de Ensino Médio da UFSM aconteceu somente em 1978, após a organização do primeiro regimento escolar e da visita de inspeção da Comissão do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Esse reconhecimento foi importante na medida em que permitiu a Escola dispor de recursos próprios junto ao orçamento da Universidade, oferecer novos cursos técnicos e certificar, independentemente de outros centros, os alunos formados.

No período analisado, percebe-se que as práticas e transformações político-administrativas ocorridas no CTISM, foram reflexos daquelas experimentadas no âmbito da Universidade. Em outubro de 1973, Mariano da Rocha Filho, reitor desde a fundação da UFSM em 1960, foi substituído por Hélio Homero Bernardi. Na época não havia eleições diretas para a escolha de reitores, sendo que os mesmos eram nomeados pela presidência da República para um mandato de 04 anos.

O CTISM seguiu a mesma orientação. O professor Ênio Cureau esteve na direção durante 11 anos (1967 a 1978), no final dos quais, após assumir o terceiro reitor da UFSM, Derblay Galvão, ele foi substituído por Zeferino Gilberto da Silva, ex-aluno integrante da primeira turma de formandos em Eletrotécnica.

Essas alterações administrativas não significaram mudanças nas condições estruturais da Escola. Mesmo que em 1979, o Curso de Mecânica tenha recebido doações de motores da GM (O Expresso, 14/07/1979, p. 05) e da FORD do Brasil (O Expresso, 05/07/1979, p. 15) para fins de estudos e pesquisas, em 1981 os diretores das escolas vinculadas da UFSM

⁷ Os trechos citados, neste parágrafo, são do depoimento de Gilton Goulart, concedido em 07/06/2011.

reclamavam junto ao Secretário de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC a falta de recursos: “Todos os diretores são unânimes: a falta de recursos é o grande entrave dos colégios de 2º grau mantidos pela UFSM. Os problemas enfrentados têm, quase todos, uma causa única: a escassa destinação de verbas da União para o ensino” (A Razão, 11/11/1981, p. 11).

Em maio de 1980, com a presença de empresários, alunos, ex-alunos e estagiários realizou-se o I Seminário de Técnicos do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. Nessa ocasião discutiram-se questões como a legitimação profissional dos técnicos e as exigências do mercado de trabalho. Os registros sobre o evento, encontrados nos jornais locais, indicam as funções que o profissional de nível técnico deveria assumir no contexto industrial do país na época, pois havia “uma exigência cada vez maior de um intermediário entre os níveis superiores das empresas e os operadores de máquinas, e em função disso, há uma necessidade cada vez maior dos técnicos de grau médio” (A Razão, 03/05/1980, p. 03).

Esta afirmativa, feita por um empresário palestrante do evento, confirma o “lugar” do técnico na “engrenagem” do sistema industrial, o qual deveria ser o de amortecedor das questões sociais geradas pelos embates entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, o I Seminário de Técnicos contribuiu para consolidar as relações do CTISM com o universo empresarial da região, vindo a se constituir em um elemento importante para a legitimação da presença e dos interesses do capital no espaço de formação profissional, influenciando, inclusive, sobre a organização pedagógica escolar.

Essa orientação pode ser verificada a partir da análise da matriz curricular apresentada pelos cursos no decorrer dos primeiros anos de funcionamento da escola. Nos históricos dos primeiros alunos formados consta a oferta da disciplina de História e Relações Humanas como únicos componentes da área de Ciências Humanas. Em 1970 passou a ser ofertado o componente de Educação Moral e Cívica (EMC), antevedendo as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71 sobre a obrigatoriedade dessa disciplina. Em 1974, a essa área foram acrescentados os componentes curriculares de Geografia e Organização Social e Política do Brasil (OSP), além de Programas de Saúde em atendimento a mesma Lei.

Como já foi destacado, não havia um planejamento de ensino que organizasse os conteúdos de cada disciplina. Esses eram trabalhados a partir das escolhas dos docentes que, individualmente, decidiam sobre a metodologia a ser adotada. Conforme registros dos Diários de Classe de 1969, na disciplina de História, ministrada somente no primeiro ano de cada um

dos cursos, foram abordados conteúdos que, seguindo uma linha cronológica pretendia sugerir a ideia evolucionista das produções sociais. Destacaram-se temas desde a Pré-História Geral até a História do Brasil, identificada como História da Pátria. No ano seguinte, já com nova turma de ingressos, o mesmo componente apresenta registros de História do Rio Grande do Sul, paralelos entre a História do Brasil e a dos Estados Unidos e, por fim, abordagens de História Antiga, aparentemente sem limitar-se a questões temporais.

Mesmo que não tenhamos informações precisas a respeito das metodologias de trabalho utilizadas pelos professores, os registros dos diários de classe indicam uma tendência tradicional de abordagem dos conteúdos de Ciências Humanas. A exaltação do nacionalismo e do crescimento econômico do país na disciplina de História ia ao encontro dos interesses políticos dos governos militares, pois pretendia criar expectativas positivas sobre o futuro do Brasil. Essa ideia pode ser vista nos registros de 1967, que enfatizavam “o bem estar do trabalhador” como uma consequência da Revolução Industrial, sem referências as problemáticas sociais ou ambientais geradas por ela. As metodologias de trabalho utilizadas pela área de Ciências Humanas foram características da época e estiveram de acordo com a orientação política que a educação, especialmente a profissionalizante, assumiu no contexto dos governos militares, pois

O programa curricular imposto durante o Regime Militar, com a Reforma do Ensino de 1971, impunha um Ensino diretivo, acrítico, no qual a História aparecia como uma sucessão linear de fatos considerados significativos, predominantemente políticos e militares, com destaque para os “grandes nomes”, os espíritos positivos que conduzem a História (LIMA E FONSECA, 2007, p.55).

No ano seguinte, com a segunda turma, os trabalhos em História foram iniciados com ênfase ao espaço rio-grandense e o seu desenvolvimento econômico. Na sequência do ano letivo, foram enfatizados conhecimentos sobre o crescimento econômico brasileiro a partir do seu processo de industrialização e a aproximação com os Estados Unidos. Essa forma de abordagem da história explica o nível de comprometimento da educação com o projeto econômico para o Brasil que os governos militares pretendiam empreender.

O papel da educação assim como as metas para o setor, estabelecidas pelo Estado Brasileiro a partir de 1964, estiveram estritamente vinculados ao ideário de segurança nacional e de desenvolvimento econômico. O projeto delineado nos Planos e Programas de Desenvolvimento, na legislação e nas diretrizes governamentais representa o ideário educacional de diversos

setores internos e externos. No plano interno, temos a continuidade de experiências visando à elaboração de políticas e de tecnologia educacional, como, por exemplo, as Forças Armadas através da Escola Superior de Guerra, e os empresários através do IPES. (FONSECA, 1993, p.19).

Nos primeiros anos da década de 1970, a análise dos registros demonstra a posição que a ditadura civil-militar no Brasil assumia no cenário de polarização ideológica mundial. O governo era identificado pelo professor como “governo da revolução” e o seu projeto econômico como “o modelo de desenvolvimento brasileiro”. Nesta perspectiva desaparecia sumariamente a noção de Estado, substituída pela noção de governo revolucionário⁸. Na mesma época, com a introdução das disciplinas de EMC e OSPB, as mesmas formas de abordagens até então desenvolvidas em História foram ser seguidas. Orientados para a formação dos cidadãos que o mundo do trabalho da época exigia: técnicos voltados exclusivamente para o saber fazer, programas com conteúdos específicos foram introduzidos em ambas as disciplinas, dentre os quais destacamos: “o papel do jovem no processo de desenvolvimento brasileiro”, não deixando de lado “o plano nacional de desenvolvimento” e “as grandes metas para 1972 e 1974”. Além disso, temas que procuravam não só guiar moralmente os alunos, mas também orientá-los a viverem privados da participação política eram ministrados. Isso tudo porque,

A educação teria papel importante nesse sentido, ela teria que ser formadora de mão-de-obra para o setor industrial sem a necessidade de formar cidadãos críticos a ponto de poderem contestar as decisões governamentais. Por isso, não haveria a necessidade das ciências humanas formadoras de senso crítico. Pois gerava uma negação de conteúdo crítico na formação geral do educando. (PLAZZA; PRIORI, S/D, p. 8).

Assim, os componentes curriculares da área de Ciências Sociais se constituíram em elementos importantes no processo de formação dos trabalhadores que assumiam, no contexto econômico e produtivo da época, um novo lugar na relação capital/trabalho. Para que esses se sujeitassem à condição de trabalhadores “reserva”, era fundamental uma formação acrítica, que adestrasse suas ações.

⁸ As classes sociais dominantes, especialmente a partir de 1964, fizeram questão de salientar ideologicamente a predominância do governo sobre o Estado e, ao mesmo tempo, esconder a sua vinculação com os governos. Assim, a expressão “que país é este?” não se confunde com as classes dominantes e, além de tudo, desqualifica do Estado.

Conclusão

O CTISM, no decorrer dos seus 44 anos, experimentou práticas pedagógicas diferenciadas que corresponderam aos contextos políticos e econômicos produtores de ideologias educacionais específicas. Com o projeto de incremento da economia brasileira durante o governo militar, que os historiadores identificam como Milagre Econômico, entre o final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, constituiu-se a ideia da necessidade de ampliação da oferta de formação técnica para a área industrial. Esse processo esteve relacionado às ações políticas e econômicas dos setores empresariais, tanto nacionais quanto estrangeiros, direcionadas para a acumulação de capital. A experiência pedagógica do Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria como um espaço de formação de mão-de-obra técnica qualificada para o mercado industrial pode ser analisada como uma consequência local dos reflexos daquele processo.

A interpretação e a análise das experiências do CTISM/UFSM, daquele período, constituem um dos elementos para a compreensão da sua dinâmica pedagógica, a qual parece estar diretamente relacionada à necessidade de atualização que o mundo do trabalho, em particular o da área técnico-industrial, exigia historicamente. Mas também, condicionada pelas relações de poder que o contexto político impunha, ou seja, de formar mão-de-obra adestrada à privatização dos seus direitos políticos. Dessa forma, o CTISM, tanto quanto as demais instituições formadoras de trabalhadores do país, no contexto da acumulação capitalista, atendeu aos interesses dos grupos dominantes no momento em que buscou estratégias para se consolidar como um espaço pedagógico de formação técnica industrial de nível médio.

Referências

- BRUM, Argemiro J., O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CONCEIÇÃO, Octávio A. Os Anos 80: A Complexa Dimensão de uma Crise. In. A Economia Gaúcha e os Anos 80. Tomo 01. Porto Alegre, FEE, 1990.
- DOLHNIKOFF, Mirian; CAMPOS, Flávio de. Manual do Candidato: História do Brasil.

Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. São Paulo: Papirus, 1993.

LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. O ensino de História do Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, Luiz Fernando (org). O Ensino de História e a Ditadura Militar. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

MÜLLER, Meire Terezinha. A Lousa e o Torno – o SENAI e a Educação Profissionalizante. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br, acesso em 20 de janeiro de 2010.

MACHADO, Lucilia R. de Souza. Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados, 1982.

MARX, Karl. O Capital, Vol. I, Tomo II. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. O ensino de História durante a Ditadura Militar. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf, acesso em 22 de setembro de 2011.

POMMER, Roselene M. Gomes. LIMA, Bruna. O Processo Histórico de Instalação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. In: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2010, Santa Maria. Anais eletrônicos. ANPUH Disponível em: www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais, acesso em: 30 de junho de 2011.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil Contemporâneo: Autoritarismo e Desenvolvimento (1961-1990). In. Revista Ciências & Letras. Porto Alegre, FAPA, nº 28, 2000/2.

Jornais

Jornal A RAZÃO, Santa Maria (janeiro de 1969 a dezembro de 1971). Acervo: Arquivo Histórico Municipal – Santa Maria/RS.

Jornal CORREIO DO POVO, Porto Alegre, (novembro de 1969). Acervo: Arquivo Histórico Municipal – Santa Maria/RS.

Jornal O EXPRESSO, Santa Maria (julho de 1979). Acervo: Arquivo Histórico Municipal – Santa Maria/RS.